



# Vacina para 5 a 11 anos sem prescrição

Ministério da Saúde recua e não cobrará receita para a imunização nessa faixa etária. Doses devem começar a ser aplicadas neste mês

» RAPHAEL FELICE

O Ministério da Saúde recuou da exigência de prescrição médica e autorizou a vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a covid-19. De acordo com a pasta, as duas doses devem ser aplicadas no intervalo de oito semanas, superior aos 21 dias especificados na bula do imunizante da Pfizer, o único liberado até agora para essa faixa etária. Segundo a secretária extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, Rosana Leite Melo, o maior período de intervalo provoca uma resposta imunológica melhor e previne — as raras — reações adversas.

Conforme informações do ministério, o primeiro lote de vacinas, com 1,248 milhão de doses, chegará ao Brasil no próximo dia 13. A intenção é de que a distribuição aos estados comece no dia seguinte. Até o fim do mês, o país receberá 3,7 milhões de unidades.

A pasta, no entanto, não anunciou a data do início da imunização. Pelo cronograma, o atendimento será em ordem decrescente, ou seja, de crianças mais velhas para as mais novas. A prioridade será para as que têm comorbidades ou deficiências permanentes (veja quadro). De acordo com estimativa do governo, há 20 milhões de crianças nessa faixa etária.

Mesmo não exigindo a prescrição, o ministério orienta que os pais procurem a recomendação prévia de um médico antes da imunização. A única obrigatoriedade será a presença de pais ou responsáveis no momento da vacinação, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Caso outra pessoa conduza a criança para o posto de vacinação, terá de portar uma carta do responsável legal autorizando a aplicação da dose.

“Não é o grupo que tem maior mortalidade, mas toda a vida é importante, principalmente das nossas crianças”, disse o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, durante o anúncio.

Dispensar a prescrição médica vai ao encontro do que era defendido pelos conselhos nacionais de secretarias estaduais de saúde (Conass) e secretarias municipais de saúde (Conasems), além da

## Memória

### Enxurrada de críticas

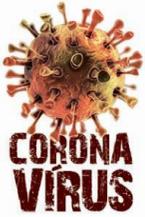
Na antevéspera do Natal, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, havia afirmado que o governo vacinaria as crianças apenas mediante prescrição médica, o que gerou críticas de especialistas, pois não houve a mesma exigência para outras faixas etárias. A medida foi considerada, na ocasião, uma forma de dificultar a imunização. Após a declaração do ministro no mês passado, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) divulgou uma “carta de Natal às crianças do Brasil”, na qual afirmava que não pediria prescrição médica.

maioria dos que participaram de consulta pública aberta pela pasta.

A vacina da Pfizer destinada a crianças de 5 a 11 anos é diferente da aplicada em adulto, conforme enfatizou Queiroga. “Essa faixa etária merece uma ênfase especial, até porque esse público precisa ser atendido por vacina específica. E essa tem dosagem equivalente a 1/3 da vacina aplicada nos adultos”, destacou. “Isso foi testado em ensaios clínicos e logrou sucesso em agências sanitárias respeitáveis a exemplo do FDA (Food and Drug Administration — dos Estados Unidos), a exemplo da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e, agora, a Anvisa atestou a segurança regulatória”, acrescentou.

A autorização de vacinação para crianças ocorre em meio à resistência do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seus aliados à imunização dessa faixa etária. Antes de liberar, o ministério criou mecanismos que postergaram a decisão sobre a aplicação dos imunizantes, com a criação de consulta e audiência pública sobre o tema, que já havia sido autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 16 de dezembro e chancelado por especialistas e pela experiência internacional.

Segundo o Ministério da Saúde, a maioria das pessoas que participou da consulta pública foi contrária à obrigatoriedade de prescrição. (Com Agência Estado).



Myke Sena/MS



Marcelo Queiroga (D) durante o anúncio sobre a vacinação: “Toda a vida é importante, principalmente das nossas crianças”

## Orientações da pasta

### Sobre a aplicação das doses

» A vacinação será em ordem decrescente, ou seja, começará pelas crianças mais velhas para as mais novas.

» As duas doses da vacina serão aplicadas em intervalo de oito semanas, um prazo maior do que os 21 dias previstos na bula. Segundo Rosa Leite Melo, secretária de Enfrentamento da Covid-19, esse período maior traz mais segurança e diminui as chances de efeitos adversos.

» O Ministério da Saúde orienta que os pais busquem recomendação prévia médica antes da imunização, mas não há exigência de receita médica para aplicar a vacina.

» Haverá prioridade para quem possui comorbidade ou deficiência permanente. Crianças que vivem em lar com pessoas com alto grau de desenvolvimento da covid-19 de alto risco também terão prioridade. Indígenas e quilombolas também serão vacinadas primeiramente.

» A autorização por escrito será necessária apenas se não houver pai, mãe ou responsável presente no momento da aplicação do imunizante.

### Quando as doses chegarão

O país receberá, até o fim deste mês, 3,7 milhões de imunizantes para crianças. As entregas serão feitas em três voos:

13 de janeiro: 1,248 milhão  
20 de janeiro: 1,248 milhão  
27 de janeiro: 1,248 milhão

## Carnaval de rua é cancelado em 11 capitais

Após Rio de Janeiro, Ouro Preto e Salvador, ontem foi a vez de a prefeitura do Recife cancelar a realização do tradicional carnaval de rua. A medida ocorre devido ao quadro atual da covid e ao aumento de infecções pelo vírus influenza. Uma decisão sobre o assunto na cidade de São Paulo é esperada para hoje, mas 32 blocos já cancelaram ao menos 41 desfiles, e associações de rua lançaram manifesto contrário.

Em ao menos 11 capitais a prefeitura não patrocinará o carnaval de rua: Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Recife, Rio, Salvador e São Luís.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), disse, ontem, que a decisão sobre o carnaval de rua caberá às prefeituras, mas se posicionou contrário à realização. “Não é o momento

para aglomerações dessa ordem. Portanto, a recomendação é evitar que aconteça”, frisou. Por sua vez, João Gabbardo, coordenador executivo do Comitê Científico do Estado, disse considerar “impensável manter o carnaval (de rua) nestas condições”. “Mesmo o carnaval de desfile, nós temos de ter uma preocupação, porque essas pessoas, para chegar ao local de desfile, vão se aglomerar no transporte coletivo, vai ter aglomeração na entrada, na saída. E isso sempre é um risco”, argumentou.

Após anunciar a proibição em Olinda (PE), o prefeito da cidade, Professor Lupércio (Solidariedade), frisou que seria uma “irresponsabilidade muito grande” promover festividades públicas neste momento, uma vez que o local recebe, em média, quatro milhões de foliões de cerca de 80 países.

## ENEM

# Reaplicação do exame de 2021 começa no domingo

» BERNARDO LIMA\*

A reaplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para candidatos que perderam a prova em novembro ocorrerá nos dois próximos domingos, 9 e 16 de janeiro. Além disso, farão a prova, agora, os inscritos do Enem 2020 isentos de pagamento, mas que não compareceram à aplicação naquele ano, durante o auge da pandemia da covid-19, e que conseguiram na Justiça o direito de se inscreverem sem precisar pagar taxa.

O exame também será aplicado para adultos privados de liberdade e menores que cumprem medida socioeducativa.

Para saber se o pedido de reaplicação foi aceito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o candidato deve acessar a página do participante e conferir se o cartão de confirmação está disponível. É necessário entrar com o login único da plataforma gov.br. O órgão, não divulgou o total de inscritos para esta edição.

Apesar de não ter informado quantas pessoas tiveram o pedido de reaplicação aprovado, a entidade divulgou que 280.145 pessoas que tiveram isenção em 2020 se inscreveram para a nova chamada do Enem. De pessoas privadas de liberdade são 63.090.

## Supremo

Em setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, pela reabertura do

prazo para o pedido de isenção da taxa de inscrição do Enem de 2021 para estudantes de baixa renda, sem que fosse necessário justificar a ausência no exame de 2020.

Segundo o edital da prova, o candidato que faltou no Enem de 2020 só poderia ter a isenção da taxa neste ano se justificasse o motivo da falta. Organizações da sociedade civil e partidos acionaram o Supremo contra a regra.

A ação alegava que alguns candidatos não fizeram a prova do ano atrasado porque estavam com suspeita de covid-19, por exemplo, e seriam prejudicados pela medida estabelecida no edital do exame.

O relator, ministro Dias Toffoli, argumentou que, por causa da

pandemia da covid-19, as provas do ano passado foram aplicadas em um contexto de anormalidade, e a exigência de comprovação por documentos para os ausentes viola diversos preceitos fundamentais, entre eles o do acesso à educação e o de erradicação da pobreza.

Além disso, na avaliação do magistrado, a obrigação imposta pelo edital penaliza os estudantes que fizeram a “difícil escolha” de faltar às provas para atender às recomendações das autoridades sanitárias de evitar aglomerações. O entendimento de Toffoli foi seguido pelos demais integrantes do tribunal.

\*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

## Calendário

### Para isentos e reaplicação

9 de janeiro: linguagens, códigos e suas tecnologias e redação; ciências humanas e suas tecnologias

16 de janeiro: ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias

Abertura dos portões: 12h

Fechamento dos portões: 13h

Início das provas: 13h30

Término das provas 1º dia: 19h

Término das provas 2º dia: 18h30

### Para pessoas privadas de liberdade

Provas: 9 e 16 de janeiro

Preenchimento do questionário socioeconômico 1º dia:

12h45 às 13h20

Início das provas: 13h30

Término das provas 1º dia: 19h

Término das provas 2º dia: 18h30